



INDÚSTRIA 4.0: DESAFIOS CONTÁBEIS FACE À GERAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Bárbara Ferreira
Graduanda em Ciências Contábeis – Uni-
FACEF barbaraamd@gmail.com

Camila Stefani Santos Inácio
Graduanda em Ciências Contábeis – Uni-
FACEF camilastefani100@hotmail.com

Marinês Santana Justo Smith
Doutora em Ciência da Informação – Uni-
FACEF marjustosmith@gmail.com

Resumo

Em contextos 4.0, o capital intelectual e conhecimentos gerados sobressaem como diferencial e promotor de valor de mercado. Sabe-se que o registro contábil deste ativo intangível envolve complexidade, visto que, a NBC TG 04 estabelece que não há como reconhecer contabilmente, no ato, como Ativo intangível, aqueles gerados internamente. Perante o exposto, questiona-se: como é a dinâmica da contabilidade, como Ciência Social Aplicada, em relação à geração interna de ativos tão proeminentes nesta era da indústria 4.0? Diante deste contexto, o objetivo do estudo é discutir os meandros da Legislação Societária que embasam a gestão contábil do ativo intangível, com foco no capital intelectual, na era indústria 4.0 e seu impacto para avaliação do goodwill. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, inicialmente, bibliográfica para resgatar discussões conceituais do tema e, para imprimir considerações da realidade do tema no ambiente empresarial, é apresentada, via pesquisa documental, análise de um caso real entre uma empresa adquirente e a empresa adquirida. A amostra foi selecionada pela ocorrência da aquisição de uma empresa de tecnologia, imbuída de ativo gerado internamente e, ainda, pela disponibilidade de informações de acesso público. A análise do goodwill revela a dinâmica da contabilidade e sua relação ao registro contábil da geração interna de ativos.

**Palavras-chave: Ativo Intangível. Capital Intelectual. Goodwill.
Reconhecimento de Ativo. Indústria 4.0.**

Submissão: 30/08/2019. Aprovação:

1 Introdução

Há décadas que vários autores comentam da complexidade, mas também da crescente relevância do Ativo Intangível mediante a evolução tecnológica. Todavia, passado os anos e adentrando a era da indústria 4.0, surge a robotização em detrimento de tarefas repetitivas a qual exige cada vez mais capital intelectual e, portanto, a gestão do conhecimento.



A cada revolução industrial, da máquina de vapor ao uso de tecnologias avançadas, o receio de que as máquinas substituirão a mão de obra humana se faz presente. Por outro lado é fato que cada vez mais ocorre o registro contábil destas máquinas e tecnologias adquiridas como ativo das empresas. Todavia, o impacto dessas diversas revoluções acontece em todas as esferas, seja econômica, social, ambiental e educacional.

A exigência do mercado em relação à qualificação dos trabalhadores vai se transferindo do trabalho manual para o intelectual. Em contextos 4.0, o capital intelectual sobressai como diferencial e promotor de valor de mercado.

Com destaque de Moreira, Violin e Silva (2014), o Capital Intelectual é visto como três fatores: o capital humano, que está relacionado ao conhecimento, a inovação e habilidades dos empregados; o capital estrutural, que representa a transformação do conhecimento das pessoas em ativo da entidade e o capital de clientes, que promove lucratividade por meio da lealdade e permite que a empresa atinja novos clientes.

Corroborando, Schwab (2016) dita que esta era da quarta revolução industrial, a famosa “indústria 4.0”, cada vez mais vai exigir habilidade para resolver problemas complexos, vital para competitividade e que o talento, mais do que o capital monetário, vai representar o fator crítico de sucesso da produção.

Sabe-se que o registro contábil da conquista deste ativo intangível está cercado de grande complexidade, visto que o CPC 04 e NBC TG 04 ditam que não há como reconhecer contabilmente, no ato, como Ativo intangível, aqueles gerados internamente.

Diante deste contexto, questiona-se como é a dinâmica da contabilidade, como Ciência Social Aplicada, em relação à geração interna de ativos tão proeminentes nesta era da indústria 4.0? Para tanto, o objetivo do presente estudo é discutir os meandros da Legislação Societária que embasam a gestão contábil do ativo intangível, com foco no capital intelectual, na era indústria 4.0 e seu impacto para avaliação do goodwill.

Sabe-se que o goodwill, “Fundo de Comércio” retrata a expectativa de ganhos superiores, baseado num patrimônio excedente e agregado à entidade, tais como o capital intelectual, objeto do presente estudo.

Para alcance do objetivo do presente trabalho, por meio de uma pesquisa exploratória, baseada, inicialmente, em dados secundários, são apresentados discussões científicas e midiáticas em torno de i) da Indústria 4.0 como alavanca de capital intelectual como riqueza intangível; ii) da gestão contábil do Ativo Intangível e os desafios inseridos pela geração de conhecimento no ambiente interno e iii) da apuração e avaliação do goodwill como impacto no valor da empresa. E por fim, para imprimir considerações da realidade do tema no ambiente empresarial apresentado, via pesquisa documental, análise de um caso real entre uma empresa adquirente e a empresa adquirida. A amostra foi selecionada pela ocorrência da aquisição de uma empresa de tecnologia, imbuída de capital intelectual e ativo gerado internamente. E, também, pela disponibilidade de informações de acesso público. A pesquisa documental permitiu análise da apuração e registro contábil do goodwill, o qual revela a dinâmica da contabilidade e sua relação com o registro contábil da geração interna de ativos.

2 Indústria 4.0 alavancando capital intelectual como riqueza intangível

O impacto da Quarta Revolução Industrial sobre as organizações se desenvolveu no início do século XXI, tendo como base quatro fatores para a mudança da terceira para a quarta revolução, a saber: o crescimento do volume de dados e o desenvolvimento da computação e da conectividade; o progresso das capacidades analíticas; a introdução de novas formas de interação entre humanos e máquinas; e a inserção de inovações que possibilitam a transferência de dados digitais para algo materialmente utilizável, (SCHWAB, 2016, p.18-20).

Desde a primeira revolução industrial, há 200 anos, existe o receio de que as máquinas substituam a mão de obra humana. Entretanto, é evidente que alguns cargos vão se tornar ultrapassados com o passar do tempo, principalmente aqueles baseados em mão de obra repetitiva e as máquinas contribuirão para a evolução do setor como um todo.

Empresas começam a implementar planos de crescimento e inovação para se adaptarem à indústria 4.0, investindo em processos de robotização, digitalização e inteligência artificial. Essa mudança significa a capacidade de adotar e integrar tecnologias digitais e físicas para melhorar as operações, tornaram-se mais produtivas e altamente capazes de usar tecnologias digitais para fazer as mesmas coisas que sempre fizeram, apenas mais rápido e melhor, (DELOITTE, 2018, p.15).

Contudo, a cada revolução industrial a exigência do mercado em relação à qualificação dos trabalhadores foi se transferindo do trabalho manual para o intelectual. Assim, potencialmente o número de mão de obra em setores de tarefas repetitivas diminuirá em consequência da automatização, sendo substituídos por trabalhadores com conhecimentos técnicos.

Aires, Moreira, Freire, (2017) constataram que as competências dos trabalhadores da indústria 4.0 mais requeridas são: criatividade, inovação, comunicação, solução de problemas e conhecimentos técnicos.

Essa revolução exigirá habilidades em torno da inteligência artificial, na transformação e na aplicação tecnológicas das organizações, diminuindo gastos se investir no desenvolvimento e implementação de uma gestão do conhecimento que seja eficaz em capital intelectual, o que, geralmente, trará um melhor custo-benefício futuro para a empresa. Segundo Aires, Moreira, Freire, (2017, p.225), existem três desafios e tendências da gestão do conhecimento para a Indústria 4.0: o desenvolvimento dos trabalhadores, o compartilhamento de conhecimento e o uso de novas tecnologias.

Originando desenvolvimentos capazes de alavancar o setor industrial a vários níveis, entre eles os equipamentos, máquinas e ferramentas automatizadas, dotadas de capacidade para se adaptarem a alterações durante seus processos, são basicamente novos modelos de negócio baseados em conhecimento e tecnologias, levando as empresas a maiores necessidades de investimentos em ativos intangíveis que proporcionam uma valorização do preço de mercado da empresa, (MEDRADO et al, 2016, p.33).

Para Schwab (2016), dentre as características desta indústria, destacam-se a sofisticação de softwares e hardwares, inteligência artificial, fábricas inteligentes e a crescente utilização de dados em nuvem. Consequentemente, essas

características seguem atuando como estratégia para a obtenção de resultados nas empresas, permitindo a alavancagem dos valores dos ativos intangíveis.

Haverá necessidade de se realizar investimentos em capacitação, informação e capital humano. A capacidade de produzir conhecimento trata-se de um fator intangível, que em conjunto com os demais ativos tangíveis que a organização possui, resultará em ganhos e em vantagens para a mesma. Por sua vez, a informação constitui em um recurso inesgotável (MOREIRA, VIOLIN, SILVA, 2014, p.300).

O investimento em estratégias de conhecimento, o esforço da organização em desenvolver, capturar, organizar e disseminar o conhecimento de acordo com suas estratégias, só têm a beneficiar o capital Intelectual e, conseqüentemente, o valor de mercado de uma organização.

O conhecimento é o insumo estratégico da produção e as empresas estão cada vez mais se conscientizando que é preciso tratá-lo com métodos, metodologias e ferramentas adequadas para que o trinômio – processar dados, tratar informações e gerenciar conhecimentos – transforme-se no eixo dinamizador de resultados pessoais e organizacionais, (KANAANE; ORTIGOSO, 2010, p. 56).

Por mais que as tecnologias e a automação possam incrementar a produtividade e deixar as empresas mais enxutas, elas ainda não substituem o capital humano. É justamente nele que se iniciam os processos de inovação.

2.1 Capital intelectual na era do conhecimento e da indústria 4.0

O Capital Intelectual constitui a matéria intelectual, ou seja, o conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência que pode ser utilizada para gerar riqueza e agregar valores nas organizações, (STEWART, 1998, p.13).

A Era da Informação colocou o conhecimento como o mais importante recurso organizacional: uma riqueza intangível, invisível, mas fundamental para o sucesso das organizações. E isso trouxe situações completamente inesperadas. Uma delas é a crescente importância do capital intelectual como riqueza organizacional, (CHIAVENATO, 2009, p.02) apud (LIMA, 2015).

É um recurso fundamental para qualquer organização, composto pelo desenvolvimento intelectual das pessoas por meio do seu trabalho.

Para Moreira, Violin, Silva, (2014, p.303), a junção de diversos outros fatores, composto por associações de elementos denominados capital estrutural, capital humano e capital de cliente, formam o capital intelectual em um ativo intangível, porém um fator fundamental para o desenvolvimento das organizações, ou seja, o Capital Intelectual, é o agrupamento de três fatores: o capital humano, que está relacionado ao conhecimento, a inovação e habilidades dos empregados; capital estrutural que é a transformação do conhecimento das pessoas em ativo da entidade, através de melhoria e da experiência e criatividade compartilhada e o capital de clientes, que é o mais importante, pois o mesmo promove lucratividade por meio da lealdade e permite assim que a empresa atinja novos clientes.



As empresas que possuem o maior capital intelectual conseguem se destacar e adquirir um maior valor no mercado. O conhecimento é um capital ilimitado que quanto mais trabalhado mais se desenvolve, principalmente por estarmos vivenciando a era da Indústria 4.0, o conhecimento será um diferencial.

A gestão do capital humano se concentra em aplicar os conhecimentos da organização para alcançar seus objetivos estratégicos, e assim valorizar a educação como forma de aumentar o capital intelectual dos colaboradores, transformando em um diferencial da empresa diante dos concorrentes, aumentando sua capacidade de competir, (CARVALHO, 2012, p. 166-170). É o patrimônio de conhecimento, criatividade e inteligência de uma organização na busca dos seus objetivos e possui a capacidade para gerar valor sustentável ao longo do tempo.

Segundo Delgado (2015), a mensuração dos ativos intangíveis é uma preocupação no mundo empresarial, visto que as pessoas são a principal fonte de riqueza das organizações, fato que valoriza o capital humano. Com a relevância e a influência do capital humano, o capital intelectual se tornou um ativo importante para o crescimento das organizações.

Certamente, todas essas mudanças no horizonte alavancarão cada vez mais os ativos intangíveis, como o capital intelectual e o goodwill, fato que desperta o interesse em conhecer os meandros contábeis do ativo intangível.

3 Os desafios inseridos pela geração de conhecimento no ambiente interno sob a perspectiva contábil

Segundo Stefano et al (2014), um ativo intangível é tudo aquilo que não se pode tocar, por não possuir estrutura. Diferente dos ativos tangíveis, os ativos intangíveis têm como umas das principais características a particularidade, o que os torna difíceis de adquirir e de desenvolver e com isso vem possibilitando vantagem competitiva para enfrentar a concorrência e se destacar em seus mercados de atuação. Na economia de hoje, os ativos intangíveis têm o maior potencial para criar capacidades na empresa que agreguem vantagem.

Conforme o CPC 04 e NBC TG 04 (R1) o ativo intangível deve figurar no balanço patrimonial das empresas como subgrupo do ativo não circulante somente se for identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros. Eles podem ser definidos como bens não físicos, incorpóreos, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física, representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Um intangível pode ser adquirido ou pode ser gerado internamente dentro da empresa.

São exemplos de ativos intangíveis: patentes, franquias, marcas, direitos autorais, softwares desenvolvidos, banco de dados, desde que sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Caso não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido.

Para o reconhecimento de um item como ativo intangível, é estabelecido que atenda e analise três pontos, assim sendo a identificação, o controle e a geração de benefícios econômicos futuros. O ativo só pode atender ao critério de identificação se for separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido

da empresa, podendo ser negociado, vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado e resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações, (CPC 04 e NBC TG 04).

Em relação ao reconhecimento, o ativo só pode ser reconhecido se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o ativo intangível deve ser mensurado pelo custo no momento do reconhecimento inicial. Essa identificação é necessária para diferenciá-lo do goodwill, que é um intangível não identificável, (MARTINS et al, 2018, p. 317-318).

O ativo intangível nunca teve tanto destaque e necessidade de estudo como no cenário atual. Todavia, a sua definição se torna complexa principalmente pelas incertezas no que diz respeito à mensuração dos ativos intangíveis devido à imprecisão associada a seus valores identificáveis e à estimação de suas vidas úteis.

3.1 Complexidade do tratamento contábil dos ativos intangíveis gerados internamente – Capital Intelectual e Goodwill

Os Ativos Intangíveis são agregados de benefícios econômicos futuros, diferente dos ativos tangíveis, os intangíveis não podem ser visivelmente identificados e contabilmente separados. Um exemplo de intangível não identificável é o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), denominado pela Lei nº 6.404/76 como fundo de comércio (art. 179, inciso VI), (MARTINS et al, 2018, p. 317).

Os gestores necessitam ter conhecimento da identificação e mensuração desses ativos que a empresa possui para administrar sua continuidade e, assim, divulgar informações mais próximas da realidade para os interessados.

Conforme o CPC 04 e NBC TG 04, nem sempre é fácil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para o reconhecimento, por conta das dificuldades para identificar se existe um ativo identificável que gerará benefícios econômicos futuros e determinar com confiabilidade o custo do ativo.

Segundo Vaz et al (2015, p.89-90) a profusão de estudos que conceituam e classificam o capital intelectual pode levar à sobreposição de concepções e à falta de clareza prática para grande parte das organizações que ainda não adotam iniciativas de identificação e mensuração de seus ativos intangíveis.

Para que os ativos intangíveis, gerados internamente, sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, eles devem estar na fase de desenvolvimento e não na fase de pesquisa. A fase de pesquisa de determinado ativo intangível corresponde à fase inicial do projeto, em que a empresa incorre em gastos, mas estes são relacionados ainda à fase de conhecimento daquilo que se pretende desenvolver, (SILVA et al, 2017, p.30).

De acordo com o CPC 04 e NBC TG 04 deve ser, portanto, reconhecido como despesa no período e não como ativo intangível no balanço Patrimonial. Já o ativo intangível que se encontra na fase de desenvolvimento deve ter todos os seus gastos relacionados ativados em conta específica no balanço

patrimonial como intangível em desenvolvimento porque esta fase é considerada como uma fase já de produção.

Com o avanço da tecnologia que provocará profundas transformações haverá necessidade de gestão contábil dos ativos intangíveis. Um fator importante a ser analisado é a geração de valor do mesmo, e as possíveis propostas de modificações que possam decorrer a partir de sua adoção e adaptação.

Por esse motivo, questionam-se as formas de usos futuros das propostas de contabilização de capital intelectual e recomendam-se estudos sintetizadores e capazes de ilustrar os desdobramentos de iniciativas na área em foco, (VAZ et al 2015, p.89-90).

Os intangíveis contribuem de maneira considerável para o resultado financeiro da empresa no longo prazo. Apesar de os intangíveis contribuírem diretamente para o desempenho de muitas empresas, alguns entraves para seu registro contábil ainda persistem, visto que a contabilidade ainda busca uma base rigorosa e assertiva para sua avaliação e gestão.

Visto a importância do reconhecimento e da evidenciação destes ativos, capital intelectual e goodwill, para os investimentos futuros despendidos pelas empresas com a indústria 4.0 que descenderá na criação de ativos intangíveis gerados internamente para valor de mercado das empresas.

3.2 Goodwill impacto no valor da empresa sob a perspectiva contábil

De acordo com a literatura contábil, goodwill são os lucros futuros esperados acima da rentabilidade normal de uma empresa. Esse valor é mensurado pela diferença entre o custo de aquisição do negócio e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, (MARTINS et al, 2009, p. 3).

Goodwill também é considerado como produto da sinergia existente na entidade, sendo resultante da ação do trabalho em conjunto dos outros ativos existentes e a diferença acima do denominado justo. É capaz de aumentar a capacidade de geração de capital nas empresas, ou seja, representa determinado nível de ganhos futuros acima do que se pode assumir como normal, (SILVA, 2011, p. 23).

Segundo Pereira, Moraes e Sallaberry (2013), pode ser classificado em relação à origem: objetivo ou subjetivo. O goodwill objetivo é aquele adquirido na compra de um investimento de terceiros enquanto o goodwill subjetivo revela-se quando o ativo é criado internamente na empresa. No caso da contabilização dos lucros futuros esperados, em função dos problemas de complexidade e subjetividade, há ainda que se ponderar a aplicação dos Princípios de Contabilidade, especialmente os da Oportunidade e da Prudência.

O CPC 04 e CPC15, ditam que o goodwill surge no momento da aquisição de determinados itens de empresas (seja capital ou ativos), em que a empresa que adquire paga valores a mais do que o valor justo dos itens adquiridos e esta diferença deve ser registrada como goodwill no balanço da empresa que está adquirindo. A empresa paga a mais do que o valor de mercado devido à

probabilidade de trazer benefícios futuros ao negócio, ou seja, a rentabilidade futura que ela poderá ter em decorrência da aquisição.

Todavia, não reconhece o goodwill gerado internamente na empresa pois podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis.

Mas isto impacta negativamente o valor da empresa, causando uma distorção entre os valores do patrimônio comparado ao de mercado.

Segundo SILVA et al (2017, p.41), a inclusão dos ativos intangíveis e do goodwill na análise do “value relevance” da informação não só melhora o poder explicativo das informações contábeis de maneira geral, como aumenta o poder explicativo do patrimônio líquido individualmente.

Empresas que reconhecem tais contas, quando permitido em lei, têm a possibilidade de aumento do preço de suas ações no mercado devido ao aumento de seus ativos. Este fenômeno ocorre devido à análise de investidores de mercado de informações contábeis das empresas, considerados os ativos intangíveis com base em evidências do atual estudo como uma informação relevante de análise de tais investidores, para a tomada de decisão de compra ou venda de ações das empresas. Por conseguinte, infere-se que empresas que divulgarem ativos intangíveis podem ter maior retorno de suas ações, valor de mercado, bem como possibilidade de recebimento de investimentos de novos acionistas,(SILVA; SOUZA; KLANN, 2017, p. 41).

Corroborando Dal Magro et al (2017, pag. 609) o patrimônio e o lucro ajustado por contas de intangíveis, bem como o ativo intangível e o goodwill possuem relevância de valor para os agentes econômicos, pois impacta o preço das ações positivamente, aumentando seu valor de mercado.

O reconhecimento de determinados ativos intangíveis previstos em normas contábeis contribui para as informações e a relevância desses ativos, tornando um ativo importante para a tomada de decisão na valorização da empresa.

De acordo com Silva (2011, pag. 34), existe a ausência do goodwill nas demonstrações contábeis, visto que é um saldo que se precisa controlar, por ser o valor mais importante na gestão administrativa e gerencial estratégica da empresa, sendo inegável que o goodwill representa um valor relevante.

O goodwill impacta no valor de mercado, pois interage de forma positiva com o patrimônio líquido e o lucro da empresa, aumentando a vantagem competitiva das organizações. Permite uma aproximação do verdadeiro valor econômico da empresa além da expectativa de ganhos nos resultados futuros, sendo de extrema importância para as organizações.

4. A dinâmica da contabilidade na realidade empresarial: transformando ativo gerado internamente em Goodwill

A partir do embasamento teórico, tornou-se relevante conhecer a realidade do tema no ambiente empresarial, fato que foi possível, através de uma



pesquisa documental, de um caso real de transação entre uma empresa adquirente e a empresa adquirida.

A empresa adquirente é Magazine Luiza S.A. e a adquirida é uma startup de tecnologia aplicada à logística, conhecida como Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME - “Logbee”.

A escolha destas empresas como amostra da pesquisa se justifica pela ocorrência da transação de aquisição de uma empresa de tecnologia, imbuída de capital intelectual e ativo gerado internamente. E, também, pela disponibilidade de informações de acesso público, o que também justifica a possibilidade de citar nomes reais. A pesquisa documental permitiu análise da apuração e registro contábil do goodwill, o qual revela a dinâmica da contabilidade e sua relação com o registro contábil da geração interna de ativos.

A empresa Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME - “Logbee”, destaca como objetivo de negócio o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, ou seja, é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

A transação entre as empresas selecionadas levou em consideração a exigência e a preocupação do mercado em começar a implementar planos de inovação para se adaptar à indústria 4.0, investindo em tecnologia e inteligência artificial, apesar de ser uma empresa de transporte, a mesma não possui ativo imobilizado, tudo é gerenciado pela plataforma digital, ou seja, a empresa possui propriedade intelectual, sendo capital estrutural, humano e de cliente que agregam valor há empresa.

A união desses elementos pode gerar resultados no patrimônio contábil, como lucro e no valor de mercado da empresa, mas que não reflete a existência do capital intelectual em suas demonstrações, por isso que em avaliação contábil de empresa, o valor de mercado para registro de ágio é o valor pago pela empresa. Isto demonstra que calcular estes valores parece simples. No entanto, é preciso analisar a natureza de todos os elementos que compõem o patrimônio da entidade e como eles se relacionam internamente e com o ambiente.

Em 07 de maio de 2018, ocorreu a aquisição de 100% das cotas de capital da startup de tecnologia aplicada à logística Logbee pela empresa Magazine Luiza S.A. A adquirente contratou uma empresa independente de consultoria especializada para melhor mensuração desses ativos e esses valores foram atribuídos principalmente à plataforma de tecnologia relacionada a entregas de mercadorias. O valor que a empresa desembolsou nessa transação comercial foi de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), conforme divulgado nas notas explicativas.

Porém, ao analisar a contabilidade da empresa Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME, nota-se que o patrimônio líquido tinha a quantia de R\$ 4.244.000,00 (quatro milhões e duzentos e quarenta e quatro mil reais), valor obtido do resultado da avaliação dos ativos e passivos registrados contabilmente na empresa, transformados em valores líquidos e que representavam um valor menor do aquele pago pela empresa, conforme Tabela 1, que apresenta o Balanço Patrimonial resumido da empresa adquirida, apontando os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Tabela 1: Balanço Patrimonial resumido da empresa adquirida na data de aquisição:

em milhões de	
reais 424 3.954 4	
	4.382
	138
	4.244

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

Observa-se na Tabela 1, que os intangíveis gerados internamente, na empresa Abelha Serviços de Hospedagem na Internet, não foram identificados para realizar seu registro isolado, por isso, não estavam registrados na contabilidade da adquirida.

Todavia, a partir da avaliação da empresa em estudo é possível identificar que a valorização do conhecimento gerado internamente, provocou o que é classificado como goodwill, o que mais se aproxima da precificação que o mercado realiza em relação à empresa, valor bem acima do seu valor contábil, considerando uma expectativa de rentabilidade por parte das operações da empresa e seus ativos que não pode ser observada nas demonstrações financeiras.

Conclui-se que o goodwill gerado internamente, avaliado pelo mercado, representa aproximadamente o dobro do valor contábil da companhia, na situação específica, conforme pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida à empresa adquirida	8.000
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(4.244)
Goodwill = Ágio gerado na aquisição	3.756

Fonte: elaborada pelas autoras com base nas Demonstrações Contábeis da empresa.

A diferença encontrada entre o valor pago e o valor registrado na contabilidade é o ágio de R\$ 3.756 milhões, que compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos da sinergia decorrente da aquisição, caracterizando o goodwill que a empresa adquirente deverá registrar na contabilidade no grupo do ativo não circulante, no subgrupo intangíveis, nomeado como goodwill adquirido, que é a junção de ativos intangíveis não identificados que acrescentam valor à empresa.

Entende-se que este é o momento da contabilidade registrar os ativos gerados internamente. Todavia, esta dinâmica vai ocorrer na empresa adquirente, demonstrando o caminho contábil da geração interna de ativo refletindo no ambiente externo.

Desta forma, foi observado que após o reconhecimento inicial, o ágio, ou seja, o goodwill foi mensurado pela diferença entre valor contábil e valor de mercado, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. É

ressaltado que o goodwill não pode ser amortizado, visto que possui vida útil indeterminada. Assim só deixará de figurar no balanço patrimonial quando baixado por alienação ou quando não for capaz de gerar benefícios econômicos futuros, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Corroborando o CPC 15 e a NBC TG 15 ditam que o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar esse ágio ou goodwill adquirido em uma operação de combinação de negócios pelo custo menos a perda por redução ao valor recuperável e não deve ser amortizado por ter a característica de possuir vida útil indeterminada o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura será mantido no ativo da adquirente, tanto nas demonstrações contábeis individuais, quanto nas consolidadas e ajustado quando necessário.

Ressalta, portanto que, o goodwill será mantido no balanço da adquirente, a menos que haja indicativo de perda, podendo ser reduzido ou baixado somente nos casos em que for identificada necessidade de redução do valor recuperável de ativos, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discutir os meandros da Legislação Societária que embasam a gestão contábil do ativo intangível, com foco no capital intelectual, na era indústria 4.0 e seu impacto para avaliação do goodwill. Através de uma pesquisa exploratória, baseada em discussões científicas, foi possível salientar que na era Indústria 4.0 a exigência do mercado em relação à qualificação dos trabalhadores vai se transferindo do trabalho manual para o intelectual, fato que insere complexidade no registro contábil deste novo tipo de ativo.

Com a valorização do conhecimento fica claro que o mesmo é um capital ilimitado, que quanto mais trabalhado mais se desenvolve e as empresas que possuem o maior capital intelectual conseguem se destacar e adquirir um maior valor no mercado e, assim, valorizando o goodwill da empresa, que são os lucros futuros esperados acima da rentabilidade normal. Esse valor é mensurado pela diferença entre o valor da empresa e o seu patrimônio líquido avaliado a valores de mercado, ou seja, será necessário a gestão contábil dos ativos intangíveis, analisando a geração de valor do mesmo para se manterem no mercado de forma competitiva.

Tem destaque como resultado da presente pesquisa que a transação de compra e venda de uma empresa é o momento da contabilidade registrar os ativos gerados internamente. Todavia, esta dinâmica vai ocorrer na empresa adquirente, demonstrando o caminho da geração interna de ativo refletindo no ambiente externo.

Conclui-se que há muito a ser estudado e discutido no ambiente contábil, no entorno da Legislação Societária, para o fortalecimento de evidências para tratar o ativo intelectual intangível como “tangível” quando se trata do processo de mensurar, reconhecer e divulgar contabilmente para que a contabilidade possa



explorar e acompanhar as novas demandas e oportunidades da “Revolução 4.0”, que cada vez mais vai incentivando novos modelos de negócios, permeados de tecnologia e demanda de capital intelectual.

REFERÊNCIAS

AIRES, Regina Wundrack do Amaral; MOREIRA, Fernanda Kempner; FREIRE, Patrícia de Sá. Indústria 4.0: desafios e tendências para a gestão do conhecimento. 2017. SUCEG - Seminário de Universidade Corporativa e Escolas de Governo, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://anais.suceg.ufsc.br/index.php/suceg/article/view/49>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CARVALHO, Fabio Câmara Araújo. Gestão do conhecimento. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG 04 e 15. 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis Pronunciamento Técnico. CPC 04 e 15. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DAL MAGRO et al. Relevância dos ativos intangíveis em empresas de alta e baixa tecnologia. Nova Economia, Blumenau, v. 27, n. 3, 4, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/18104/Downloads/2017_AtivoIntangivel_ValorMercado_0103-6351-neco-27-03-609.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

DELGADO, Bruna Filipa Falcão. A importância do Capital Humano nas organizações estudo aplicado numa seguradora portuguesa. 2015. Dissertação de Mestrado, Instituição Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2015. Disponível em: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7799/1/Bruna_Delgado_MCF_2015.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

DELOITTE. Success personified in the Fourth Industrial Revolution. 2018. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/technology-media-and-telecommunications/articles/industria-4-0-estudo-da-deloitte.html>. Acesso em 17 mar. 2019

KANAANE, Roberto; ORTIGOSO, Sandra Aparecida Formigari. Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Maria da Conceição Vicente de. O aprimoramento do capital intelectual como fator gerador de eficiência na gestão pública. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. São Paulo, ed. 03, vol. 06, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/aprimoramento-do-capital>. Acesso em: 19 mai. 2019.



Magazine Luiza S.A., Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP?+=mZzBAqqWt/00RFJl56+hg==>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MARTINS et al. Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/18104/Downloads/2010_EliseuMartins_v21n52a05.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

MARTINS et al. Manual da contabilidade societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEDRADO et al. Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. Revista De Contabilidade E Organizações, Brasília, v. 10 n. 28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v10i28.119480>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MOREIRA, Fabiano Greter; VIOLIN, Fábio Luciano; SILVA, Luciana Codognoto da. Capital intelectual com vantagem competitiva. Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe), São Paulo, v. 4, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/21839/16084>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PEREIRA, Carlos Augusto Pacheco; MORAES, Eliene Aparecida; SALLABERRY, Jonatas Dutra. Valor de Mercado versus valoração de Goodwill Gerado Internamente: um estudo a partir das Demonstrações Financeiras. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB, Salvador, v. 3, n. 1, p. 53-70, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/354/354>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Alini da; SOUZA, Taciana Rodrigues de; KLANN, Carlos Roberto. A influência dos ativos intangíveis na relevância da informação contábil. Universidade Federal de Santa Catarina, Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, vol. 14, núm. 31, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76250678003> Acesso em: 05 maio 2019.

SILVA, Romulo Soares da. Goodwill, Avaliação e Reconhecimento. 2011. Trabalho de conclusão de curso, universidade federal de Santa Catarina Centro sócio econômico. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30388986.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

STEFANO et al. Gestão de Ativos Intangíveis: Implicações e Relações da Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/17085/10825>. Acesso em: 14 abril 2019.



STEWART, T. A. Capital Intelectual – A nova vantagem competitiva das empresas. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1998.

VAZ, Caroline Rodrigues; ZARELLI, Paula Regina; MALDONADO, Mauricio Uriona. Contabilidade e o Capital Intelectual: uma revisão de literatura para compreender sua relação. Revista Contemporânea de Contabilidade, Santa Catarina, vol. 12, nº. 26, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5366721>. Acesso em 14 abr. 2019.

VAZ et al. Capital intelectual: classificação, formas de mensuração e questionamento sobre usos futuros. Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, vol. 5, nº. 2, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5168665>> Acesso em: 14/04/2019.